

Menos de 2 bilhões, os atrasados

Da sucursal de
BRASILIA

O diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, revelou ontem que o volume em atraso de compromissos externos do País caiu para menos de US\$ 2 bilhões e que a adesão ao novo "jumbo" atingiu, na última sexta-feira, US\$ 6,004 bilhões. Informou ainda que o Brasil devia, no final de junho último, a bancos brasileiros com agências no Exterior US\$ 7,08 bilhões, cifra correspondente a 9,3% da dívida registrada.

Madeira Serrano convocou a imprensa para esclarecer que a elevação da dívida renegociada com o Clube de Paris dos US\$ 2,4 bilhões para US\$ 3,84 bilhões não alterou o endividamento global do País. Segundo ele, o total da dívida junto aos bancos privados cairá US\$ 1,4 bilhão para compensar o aumento dos compromissos renegociados com os governos dos 18 países membros do Clube de Paris.

A redução das dívidas em atraso para menos de US\$ 2 bilhões, contra US\$ 2,53 bilhões ao final de agosto último, refletiu o acúmulo de disponibilidade de caixa e a rolagem da dívida junto ao Clube. Para zerar os atrasados e começar o próximo ano "com colchão de caixa", o Brasil espera o presidente do Comitê de Assessoramento da fase dois da renegociação da dívida externa, William Rhodes, "bater o martelo" para fechar o novo "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões, a tempo de os bancos privados anteciparem, antes do final do ano, US\$ 3 bilhões.

De acordo com as projeções do Banco Central, o Fundo Monetário Internacional (FMI) liberará amanhã duas parcelas retidas do financiamento ampliado ao Brasil, no total de US\$ 825 milhões. Esses recursos servirão para o País pagar, amanhã mesmo, parte dos US\$ 1,09 bilhão do empréstimo-ponte que tomou no final de 1982 junto ao Banco de Compensações Internacionais (BIS).

Mas o diretor do Banco Central informou que os bancos privados só desembolsarão os US\$ 1,58 bilhão retidos do "jumbo" de fevereiro último entre os dias 12 e 15 de dezembro. O Brasil utilizará esses recursos para liquidar a dívida de curto prazo de US\$ 1,2 bilhão com os próprios bancos privados e reduzir o total dos compromissos em atraso.

A eliminação dos atrasados dependerá do fechamento do novo "jumbo". "Não existe uma data fatal

para a assinatura do contrato", disse Madeira Serrano, enquanto o presidente do Banco, Afonso Celso Pastore, espera ter o empréstimo de US\$ 6,5 bilhões contratados no dia 15 do próximo mês para que a antecipação de US\$ 3 bilhões ocorra sete dias depois.

Para Madeira Serrano, importante é que "toda a orquestração" do "jumbo" termine até 31 de dezembro. Afirmou não ter condições de informar quais os bancos que ainda resistem à adesão ao novo empréstimo, mas garantiu que não passam de simples atrasos nas respostas. O diretor do Banco Central observou que os grandes bancos "estão afinados com o Brasil e conhecem a importância da adesão ao programa brasileiro".

Os números divulgados por Madeira Serrano dão conta de que, até o final da semana passada, 15 dias após a data final de resposta ao convite de adesão ao "jumbo", o País assegurará 92,3% do total solicitado. Mesmo assim, o diretor do Banco Central destacou que "não há surpresa na montagem final do 'jumbo' uma vez que as últimas decisões são sempre mais lentas". Para compensar as respostas atrasadas, explicou que os bancos "podem apressar as formalidades" da contratação do empréstimo.

Madeira Serrano revelou que os bancos brasileiros internaram o saldo histórico de US\$ 6,91 bilhões no País em empréstimos em moeda e US\$ 168,4 milhões em financiamentos às importações, até junho último. Como o País congelou, este ano e no próximo, as amortizações da dívida, os bancos brasileiros com agências no Exterior precisarão, até por questão de solvência, da manutenção pelos bancos estrangeiros de US\$ 6 bilhões em depósitos interbancários.

A exemplo do "jumbo", o Brasil também precisa fechar o "pacote" de US\$ 2,5 bilhões de créditos oficiais a importações brasileiras. O Eximbank dos Estados Unidos mantém a concessão de garantias de crédito de US\$ 1,5 bilhão, mas falta o comprometimento dos organismos dos demais países industrializados com a parcela restante de US\$ 1 bilhão.

O diretor do Banco Central disse que a conclusão das negociações com o Clube de Paris "agilizará" as decisões dos outros governos. Lembrou que a garantia aos financiamentos às exportações locais traduz interesse de governo: "Quem não aderir à linha de crédito comercial terá menor capacidade de exportar ao Brasil".

Penna quer renegociação de juros



O PIB terá de crescer 4%

Da sucursal de
BRASILIA

O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, defendeu ontem uma ampla renegociação não apenas das amortizações, mas principalmente dos juros incidentes sobre a dívida externa, porque se isso não ocorrer no próximo ano, o País, levando em consideração seu Produto Interno Bruto de US\$ 310 bilhões, terá de crescer no mínimo 4% ao ano só para pagar juros.

Paralelamente à renegociação ampla dos compromissos externos, Camilo Penna pregou a necessidade da retomada do crescimento não por meio de mais investimentos, mas da utilização da capacidade instalada que, devido à recessão, está subutilizada com grande ociosidade.

A retomada do crescimento nesses termos, disse, reduziria os custos fixos, porque não seria necessário

investir, e não seria, portanto, inflacionária, na medida em que vier a aumentar a demanda. Esta, disse, virá como consequência da utilização da capacidade já instalada.

PERSPECTIVAS

O ministro não quis fazer previsões sobre o comportamento da economia em 1984, indagando: "Como vou fazer uma previsão desta, se não sei o que vai acontecer até o final do ano?". Entretanto, ressaltou, a premissa da retomada do crescimento dependerá da redução da inflação.

Camilo Penna disse considerar a inflação de 200% mais preocupante do que a dívida externa, pois ela altera todos os valores e regras da economia para lançar o processo em um rumo desconhecido. Sua proposta para reduzi-la continua sendo a promoção ampla de uma desindexação da economia, com a redução da correção monetária.

US\$ 13,9 bilhões em 15 meses

De setembro de 1982 até a última sexta-feira, o Brasil havia recebido US\$ 13,9 bilhões da comunidade financeira internacional e de fontes oficiais de crédito. O total já comprometido, mas ainda não desembolsado, chegava a US\$ 23,6 bilhões, perfazendo um total de US\$ 37,5 bilhões em créditos negociados pelo País no período. Na opinião de banqueiros e representantes das instituições oficiais de crédito, essa cifra demonstra claramente o "apoio maciço e extraordinário" que o Brasil tem recebido do sistema financeiro mundial para resolver suas atuais dificuldades.

Do total negociado, destaca-se o financiamento concedido pelos bancos comerciais, no valor de US\$ 10,9 bilhões, e os roll-overs referentes à amortização de 1983 e 1984, que alcançaram US\$ 8,8 bilhões. Juntos, esses dois itens representam 57% do total do apoio financeiro recebido, excluindo-se os empréstimos-ponte dos bancos comerciais (que já foram parcialmente resgatados) e créditos da rede de segurança, estes já totalmente saldados. Fora isso, esses recursos representam a maior quantia de "dinheiro novo" jamais obtida por qualquer país para reduzir as dificuldades de seu balanço de pagamentos.

De acordo com os mesmos banqueiros, as três últimas parcelas de "dinheiro novo" a serem recebidas pelo Brasil, este ano, totalizando US\$ 1,7 bilhão, serão desembolsadas nos primeiros dias de dezembro. Descontando-se os empréstimos-ponte ainda em aberto junto aos bancos comerciais (sem as taxas e outras despesas), o País receberá, líquida, a importância de aproximadamente US\$ 550 milhões. Além disso, os desembolsos finais do Fundo Monetário Internacional, para este ano, no valor de US\$ 1,2 bilhão, — descontando-se os pagamentos de US\$ 1,05

bilhão — deixarão o Brasil com um total de US\$ 682 milhões para cobrir outros pagamentos.

Calcula-se, segundo as fontes, que os primeiros desembolsos da segunda fase dos créditos da rede de segurança colocarão o País numa posição capaz de permitir que pague

todos os juros em atraso e aumente suas reservas, de forma a alcançar as metas constantes do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional.

Esta é a relação dos créditos concedidos ao Brasil desde setembro de 1982:

	Desembolsado	Não desembolsado	Total
Bancos comerciais:			
Pontes	2.339	0	2.339
Créditos da rede de segurança	500	0	500
Projeto I (1983)	2.550	1.850	4.400
Projeto II (1983)	4.324	0	4.324
Projeto I (1984)	0	6.500	6.500
Projeto II (1984)	0	4.490	4.490
Tesouro dos EUA	1.276	0	1.276
BIS	1.450	0	1.450
Reprogramação clube de Paris	0	3.000	3.000
Créditos de exportações governamentais:			
U.S. Eximbank	0	1.500	1.500
Outros	0	1.000	1.000
FMI	1.456	4.443	5.899
Banco Mundial adicional	0	800	800
TOTAL	13.895	23.583	37.478

(dados em milhões de dólares)

A dívida com os bancos americanos

A.M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — Em junho deste ano o Brasil devia aos bancos americanos cerca de US\$ 20,4 bilhões, dos quais 40% venciam em um ano ou menos, 35% entre um ano e cinco anos e 25% em mais de cinco anos, segundo a Junta da Reserva Federal (FED).

Do total, os bancos brasileiros deviam US\$ 8,5 bilhões, o setor público, US\$ 7,7 bilhões e os tomadores privados não-bancários, US\$ 4,4 bilhões, em números arredondados.

A dívida brasileira com os bancos privados dos Estados Unidos era inferior à do México em cerca de US\$ 5 bilhões. A dívida total da Argentina

com esses bancos em junho de 1983 era de US\$ 8,4 bilhões e a do Chile, de US\$ 5,6 bilhões. O total da dívida da América Latina e do Caribe era de US\$ 70,2 bilhões. Além do México, só dois países deviam mais do que o Brasil aos bancos privados dos Estados Unidos: um é o Japão, com US\$ 22 bilhões de dívida, e o outro o Reino Unido, com US\$ 53 bilhões.

Só aos nove maiores bancos dos Estados Unidos o Brasil devia em junho de 1983 cerca de US\$ 13,3 bilhões. Aos 15 bancos seguintes, em ordem decrescente, o Brasil devia mais US\$ 4 bilhões, aproximadamente. Assim, mais de US\$ 17,3 bilhões (quase 85%) da dívida bancária do Brasil se concentram nas 24 maiores instituições.

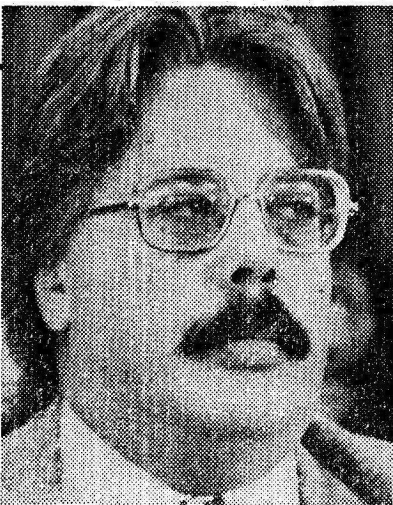
FMI começa liberação dos recursos retidos

O Fundo Monetário Internacional (FMI) liberará amanhã as parcelas retidas desde o primeiro semestre e os banqueiros devem liberar as últimas "tranches" do empréstimo-jumbo de fevereiro, no valor de 4,4 bilhões na segunda-feira, afirmou ontem o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore.

Ele disse que entre 15 e 20 de dezembro o Brasil deverá assinar o acordo com os bancos internacionais para o empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões. Pastore declarou que o fluxo de caixa, até o final do ano, estará inteiramente normalizado. Embora não tenha recebido as últimas informações de Nova York, Pastore afirmou que o nível de comprometimento dos bancos com o "jumbo" já ultrapassava os US\$ 6 bilhões.

O presidente do Banco Central disse, também, que se a reunião do Conselho Monetário Nacional for efetivamente realizada no próximo dia 7, examinará o orçamento monetário para 1984, que estabelece um limite de 50% para a expansão dos meios de

pagamento. A taxa de inflação ainda não foi definida, mas, pelos cálculos da área privada, não ficará abaixo dos 140%, acrescentou.



Pastore: novo acordo dia 15

Empresário crê na recuperação

Todos os japoneses que conhecem o Brasil, acreditam na sua breve recuperação econômica, embora reconheçam que deverá haver um pouco de sacrifício. Esta é a opinião do presidente japonês da Ishikawajima, Ubukata Taji, que chegou ontem ao Rio e amanhã estará no Espírito Santo para a inauguração do alto forno da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Ubukata Ta-

ji pretende manter contato com alguns ministros brasileiros, entre os quais Murillo Macedo, do Trabalho, que acaba de retornar do Japão, onde esteve observando sua legislação trabalhista. Ele deverá visitar o filho que trabalha em São Paulo. O próprio Ubukata Taji trabalhou no Brasil durante cinco anos, exercendo as funções de vice-presidente da Ishibrás.

Empresário crê na recuperação

Todos os japoneses que conhecem o Brasil, acreditam na sua breve recuperação econômica, embora reconheçam que deverá haver um pouco de sacrifício. Esta é a opinião do presidente japonês da Ishikawajima, Ubukata Taji, que chegou ontem ao Rio e amanhã estará no Espírito Santo para a inauguração do alto forno da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Ubukata Ta-

ji pretende manter contato com alguns ministros brasileiros, entre os quais Murillo Macedo, do Trabalho, que acaba de retornar do Japão, onde esteve observando sua legislação trabalhista. Ele deverá visitar o filho que trabalha em São Paulo. O próprio Ubukata Taji trabalhou no Brasil durante cinco anos, exercendo as funções de vice-presidente da Ishibrás.